

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1573359 - PR (2015/0311685-9)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : TEREZA NUEVO**

**ADVOGADA : THAIS TAKAHASHI E OUTRO(S) - PR034202**

**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO URBANO. INFORMAÇÕES CONTRADITÓRIAS EM RELAÇÃO AO VÍNCULO LABORAL. TEMPO DE SERVIÇO NÃO COMPROVADO. TESTEMUNHOS IMPRECISOS E CONTRADITÓRIOS. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 55, § 3o. da Lei 8.213/1991, para comprovação do tempo de serviço de atividade urbana, faz-se necessária a apresentação de início razoável de prova material, corroborado por depoimentos testemunhais.

2. Como consignado pelas instâncias de origem, na hipótese dos autos, a autora busca o reconhecimento do tempo de serviço, sem anotação em carteira de trabalho, no período de **10.1979 a 12.1987**. A única prova documental apresentada para tal fim foi a CTPS, onde está registrado que a autora laborou junto ao suposto empregador no período de **10.11.1976 a 31.10.1978**.

3. No que diz respeito aos dois testemunhos colhidos em juízo, restou consignado no acórdão recorrido que seu teor é vago e contraditório, uma vez que ambas as testemunhas também trabalharam no estabelecimento comercial e afirmam que a empresa cumpria atentamente todas as regras trabalhistas, não sabendo explicar porque apenas uma das funcionárias teria trabalhado por 9 anos na informalidade.

4. Assim, ante a fragilidade da prova material apresentada e a insuficiência da prova testemunhal para conferir robustez às alegações da parte autora, inviável o reconhecimento do tempo de serviço pleiteado, não merecendo reparos o acórdão recorrido.

5. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

